



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

ACTA NÚMERO 79/XI/2ª

23.Novembro.2010 – 15h00

Aos 23 dias do mês de Novembro de 2010, pelas 15h00, reuniu na sala 3 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Educação e Ciência, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da acta nº 78

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência à Comissão de Pais /Encarregados de Educação/Funcionários dos Colégios com contrato da Associação

5. Audiência ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - 16h00

6. Audiência às Escolas de Futebol Geração Benfica - 17h00

7. Outros Assuntos

8. Data da próxima reunião

Dia 30.Novembro.2010

.....

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada, pelos deputados presentes do PS, PSD, BE e PCP, registando-se a ausência dos do CDS-PP e do PEV.

2. Aprovação da acta nº 78

A acta nº 78, respeitante à reunião do dia 16 de Novembro, foi aprovada pelos deputados presentes do PS, PSD, BE e PCP, registando-se a ausência dos do CDS-PP e do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Presidente informou que baixou à Comissão, em 17 de Novembro, o **PJL 450/XI (CDS-PP) - Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2004 de 26 de Março, que visa garantir a equidade no acesso ao ensino superior**, devendo o relator do parecer ser indicado pelo PSD. Referiu ainda que a iniciativa está agendada para discussão no plenário em 3 de Dezembro, pelo que se deverá deliberar se há condições para fazer a sua apresentação e a apreciação do respectivo parecer na reunião de 30 de Novembro ou se deve comunicar-se ao PAR que não vai haver parecer em relação à iniciativa, por falta de tempo. Após ponderação, foi



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

consensualizado apresentar a iniciativa e apreciar o parecer, de que será relator o deputado José Ferreira Gomes (PSD), na próxima reunião.

O Presidente referiu ainda que baixou à Comissão a **PPL 43/XI (Governo) - Estabelece o regime relativo à reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho dos praticantes desportivos profissionais e revoga a Lei n.º 8/2003, de 12 de Maio**. No entanto, dado que a matéria dos acidentes de trabalho é habitualmente tratada pela Comissão de Trabalho e Segurança Social, como aliás aconteceu com a iniciativa anterior, Proposta de Lei n.º 34/IX, propõe que se solicite ao PAR a reapreciação do despacho de baixa à Comissão de Educação e Ciência. A proposta obteve o consenso dos deputados.

- 3.2.** Foi feita referência à **audiência concedida à professora Ana Maria Abrantes** – em que só esteve presente o Presidente da Comissão – que solicita a alteração do regime de aposentação dos professores do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, de forma a terem um regime idêntico ao que foi atribuído aos educadores de infância e aos professores do 1º ciclo até ao final de 2010. A questão e o relatório da audiência, antecipadamente distribuído, não suscitaram intervenções dos deputados.
- 3.3.** O Presidente informou que a **audição da Presidente do Conselho Nacional de Educação**, no âmbito do processo legislativo do Projecto de Lei n.º 444/XI, do PSD - Introduz dois representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas na composição do Conselho Nacional de Educação – terá lugar no dia 7 de Dezembro, às 16h30.
- 3.4.** O Senhor Presidente referiu-se ainda à informação elaborada pelos serviços da Comissão sobre o regime do n.º 9 do artigo 6º e do n.º 5 do artigo 8º-A do Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de Agosto, que altera o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, na redacção dada pela Lei n.º 7/2010, de 13 de Maio.

A este respeito, pronunciou-se o Senhor Deputado Michael Seufert (CDS-PP), que referiu não se opor ao envio da informação às instituições de ensino superior.

O Senhor Deputado Bravo Nico (PS) disse concordar com o conteúdo da informação, considerando, no entanto, que, por uma questão de princípio, a Assembleia da República não deve emitir normas interpretativas em relação à legislação que produz.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) reiterou a posição já manifestada, considerando desadequado que os Grupos Parlamentares aprovem notas interpretativas de normas que rejeitaram, pelo que o PCP abster-se-á.

O Senhor Deputado José Ferreira Gomes (PSD) lembrou que, no passado, e em situação análoga, a Comissão de Educação e Ciência elaborou um documento para clarificar o espírito do legislador. Esclareceu ainda que o PSD não tem qualquer interesse político no esclarecimento desta questão, mas considerou que poderia evitar interpretações abusivas de outras entidades.

Foi decidido adiar, para a próxima reunião da Comissão, uma deliberação sobre este assunto.

3.5. Tendo sido dada indicação de que foi **distribuída ao BE a iniciativa europeia COM(2010)632** - Relatório anual sobre as actividades de investigação e desenvolvimento tecnológico da União Europeia em 2009 - a deputada Ana Drago indicará posteriormente o deputado relator. O respectivo **relatório** será **apreciado na reunião de 14 de Dezembro**.

4. Audiência à Comissão de Pais /Encarregados de Educação/Funcionários dos Colégios com contrato da Associação

Os representantes das comissões de pais/encarregados de educação e funcionários dos colégios com contratos de associação referiram que há 93 escolas com contratos, estando as mesmas integradas na rede pública e a alteração do regime que o Ministério pretende implementar vai implicar o desemprego de cerca de 20.000 pessoas.

Salientaram depois que os custos dos alunos nos colégios são inferiores aos da escola pública (tendo distribuído um estudo sobre essa matéria), que os colégios permitem o direito de escolha dos encarregados de educação e a liberdade de ensino, realçando que é posta em causa a confiança dos pais e dos colégios. Foi ainda referido que o Estado utilizou os contratos de associação quando precisou das escolas privadas e agora invoca que a rede pública - que reorganizou sem levar em conta os colégios com quem tinha contrato - em muitos casos, já é suficiente.

Mencionaram ainda que os vários colégios têm situações muito diversificadas e nalguns casos abrangem classes rurais e desfavorecidas, não fazem selecção de alunos - abrangendo alunos com dificuldades de frequência de outras escolas, mesmo públicas - e não têm finalidades lucrativas, pelo que há necessidade de avaliar uma a uma as escolas com contratos de associação.

Intervieram depois os deputados Emídio Guerreiro (PSD), Bravo Nico (PS), José Manuel Rodrigues (CDS-PP), Rita Rato (PCP), Ana Drago (BE) e Heloísa Apolónia (PEV), que colocaram algumas questões e explicitaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Em resposta, os representantes das comissões de pais/encarregados de educação e funcionários dos colégios referiram que muitas escolas fazem serviço social, para além do educativo, que a atribuição de uma verba igual à das escolas profissionais - como indicou a Ministra da Educação - não dá para pagar aos professores com escalões remuneratórios a partir do meio da carreira, que as negociações do Ministério com a associação dos colégios não foram leais e que está em causa o serviço público de educação e bem assim a liberdade de ensino e de escolha dos encarregados de educação.

5. Audiência ao Sindicato dos Professores da Grande Lisboa - **16h00**

Os professores Deolinda Martin, Vitor Miranda e Sílvia Pereira apresentaram as suas preocupações em relação à situação dos professores contratados, com mais de 10 anos de docência, considerando que o seu trabalho tem correspondido a necessidades permanentes do sistema, pese embora nunca lhes tenha sido dada a oportunidade de ingresso nos quadros do Ministério da Educação. Estimam que tenham sido contratados, no presente ano lectivo, 15.000 professores com horário completo, desempenhado estes docentes as mesmas funções que os colegas do Quadro de Escola ou dos Quadros de Zona Pedagógica, auferindo, no entanto, um vencimento bastante inferior.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Lembraram ainda a recente aprovação, pela Assembleia da República, de duas Resoluções (nº 35/2010 e nº 37/2010), que apelavam ao Ministério da Educação para que tomasse medidas no sentido de corrigir a situação profissional destes docentes e lamentaram que o Ministério nada tenha feito para pôr fim à precariedade em que se encontram, apesar do compromisso assumido.

Referiram ainda que as vagas têm vindo a aumentar significativamente, ao longo dos últimos anos, devido ao elevado número de aposentações, pese embora não tenha sido garantida a entrada destes docentes no sistema. A este respeito, chamaram ainda a atenção para a necessidade de se conhecer o número real de vagas, um pedido que já dirigiram ao Ministério da Educação, sem no entanto terem obtido qualquer informação.

Intervieram os Senhores Deputados João Prata (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Bravo Nico (PS), Miguel Tiago (PCP) e Ana Drago (BE), que colocaram algumas questões e apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.

Para terminar, os representantes do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa consideraram que a crise não justifica a situação em que se encontram estes contratados, visto que há anos que reivindicam a alteração do seu estatuto.

6. Audiência às Escolas de Futebol Geração Benfica - 17h00

Os representantes das Escolas de Futebol Geração Benfica, Fernando Pinto e Miguel Reis, começaram por agradecer a oportunidade concedida para apresentarem as suas preocupações em relação ao aumento de 17%, previsto no Orçamento do Estado para 2011, das taxas do IVA aplicadas à prática desportiva.

As Escolas de Futebol Geração Benfica constituem um projecto destinado à criação e desenvolvimento de uma rede de escolas de formação para criança, de ambos os sexos, com idades entre os 2 e os 16 anos de idade e que conta, actualmente, com 31 escolas em Portugal e cerca de 3600 atletas na modalidade do Futebol.

Encontrando-se Portugal entre os países com maiores taxas de sedentarismo da Europa, fizeram ainda referência aos benefícios sócio-económicos da prática desportiva, em termos de redução de custos com a saúde, aumento da produtividade, aproveitamento escolar, entre outros.

Desde 2008 que as Escolas mantêm os preços da formação, no sentido de facilitar o acesso e o desenvolvimento da modalidade. No entanto, prevendo o Orçamento do Estado um aumento drástico de 17% e, não dispondo os clubes de financiamento que permita suportar a formação, prevê-se um impacto muito negativo no desenvolvimento e na adesão à prática desportiva dos atletas.

Assim, propõem que se mantenha a aplicação de taxas reduzidas de IVA do nº 2.15 da Lista I anexa ao Código do IVA, pela importância que representa na promoção do desporto para os jovens atletas.

Intervieram os Senhores Deputados Miguel Tiago (PCP), Paulo Cavaleiro (PSD) e Luísa Santos (PS), que apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares.



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Por último, os representantes das Escolas de Futebol Geração Benfica lembraram que este é um problema global, que afectará outras modalidades e concluíram, defendendo que não se pode pedir esse esforço às crianças que praticam desporto.

Foi entregue um documento, que faz parte integrante deste relatório e que se encontra em anexo.

7. Outros Assuntos

Não se registaram outros assuntos.

8. Data da próxima reunião

Dia 30.Novembro.2010

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Novembro de 2010

O Presidente

Luiz Fagundes Duarte



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

FOLHA DE PRESENÇAS

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Ana Drago
Bravo Nico
Emídio Guerreiro
Heloísa Apolónia
João Prata
João Sequeira
José Ferreira Gomes
José Manuel Rodrigues
Luiz Fagundes Duarte
Manuel Mota
Manuela de Melo
Margarida Almeida
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nuno Araújo
Paula Barros
Pedro Rodrigues
Raquel Coelho
Rosalina Martins
Sofia Cabral
Vânia Jesus
Conceição Casa Nova
Maria Luísa Santos
Paulo Barradas
Paulo Cavaleiro
Pedro Duarte
Rita Rato

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Damásio